

FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE PROFESSORES ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DA CONSULTORIA COLABORATIVA

Relma Urel Carbone Carneiro (FCLAR – Unesp – Araraquara)

Eixo 5: A formação docente na perspectiva da inclusão

Atualmente discute-se no Brasil, e em outros países, uma política de educação inclusiva em que a escolarização de todos os alunos deve acontecer em ambientes comuns, modificando assim uma prática excludente em que os considerados diferentes por inúmeras razões como nível social, econômico, racial, étnico, deficiência, etc, não tinham acesso a educação ou eram educados separadamente.

A educação inclusiva pressupõe uma modificação tanto estrutural como conceitual. A modificação estrutural decorre do fato de que a escola precisa de adequações físicas para garantir acessibilidade, de recursos instrumentais e pedagógicos diferentes para garantir acesso aos conteúdos e de recursos humanos especializados para lidar com determinadas especificidades, garantindo assim oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem a todos. A modificação conceitual, porém, mais complexa, envolve outra forma de entender a vida em sociedade, considerando a diversidade de seus membros como elemento fundamental em sua constituição. Portanto, mais que o respeito às diferenças esse paradigma engloba a valorização dessas diferenças e o oferecimento equitativo de oportunidades a todos.

Embora esse conceito seja abrangente, vamos nos ater à discussão da inclusão no âmbito escolar, entendendo que este é apenas um dos caminhos que leva a grande meta da inclusão social. No entanto, este é um caminho essencial a ser trilhado, pois na escola podemos desfazer mitos e construir imagens, de forma consciente e consistente. Fazendo mais um recorte, vamos discutir mais detalhadamente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) na escola, entendendo também que este é apenas um dos grupos minoritários que compõem esta grande sociedade, porém, um grupo que historicamente foi marginalizado e desacreditado (CARNEIRO, 2006).

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2007) classifica esses alunos como aqueles que possuem deficiências (físicas, sensoriais ou mentais), altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Sabemos, no entanto, que muitos alunos que não se enquadram nessa classificação muitas vezes necessitam de recursos diferenciados para alcançarem o sucesso acadêmico, como por exemplo, um aluno estrangeiro que não domina a língua. Porém, as necessidades específicas dos alunos alvo da educação especial, caracterizados pela política, não podem ser negligenciadas uma vez que sem os recursos

especiais necessários como LIBRAS, Braille, comunicação alternativa, recursos de tecnologia assistiva, para citar apenas alguns exemplos, sua inclusão acontece como um ato, mas seu desenvolvimento e aprendizagem se tornam impossíveis. Entendemos como especiais aquelas necessidades educacionais que requerem recursos físicos, humanos e/ou pedagógicos diferentes dos que a escola comum dispõe normalmente.

A escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes comuns implica em uma reorganização da escola para atender suas especificidades. Essa reorganização envolve vários aspectos dentre os quais o trabalho do professor merece destaque. Considerando neste momento apenas o trabalho do professor no processo educacional inclusivo, nos deparamos com duas realidades: o professor da classe comum – que reconhecidamente precisa de formação tanto inicial como em serviço para responder às diferentes demandas; e o professor especializado – que também precisa de formação inicial e em serviço, considerando que suas funções dentro do modelo inclusivo diferem bastante de sua prática até então dentro de um modelo em que a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais era separada e com objetivos ambíguos entre o pedagógico e o clínico.

Neste trabalho destacamos o professor especializado em educação especial que segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), são aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras.

Diante de tantas funções importantes e diferentes é notório que esse profissional necessita de formação inicial voltada para essa realidade e formação em serviço constante para responder positivamente a esses desafios.

Vários caminhos são possíveis e necessários buscando a construção de um modelo inclusivo. Em outros países, temos acompanhado o estudo e a prática de formas de colaboração dentro da escola, com o objetivo de unir o trabalho já existente que chamamos de comum, ao trabalho específico, que chamamos de especial, a fim de garantir a inclusão, a permanência e o sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

A colaboração na escola pode ser exercida de várias formas incluindo o estabelecimento de redes de apoio através de parcerias com outros setores da comunidade como, a saúde, assistência social, esporte e lazer, através de parcerias entre a própria equipe escolar, entre o professor da classe comum e o professor

especializado e através de consultoria especializada para organização de serviços, formação em serviço e acompanhamento prático.

A consultoria colaborativa tem sido apontada pela literatura como um modelo de suporte para apoiar o processo de transformação da escola Gargiulo (2003). Walther-Thomas, Korinek, e Mclaughlin (1999), abordam questões sobre o desenvolvimento de relações colaborativas e mecanismos para criar e melhorar as redes de apoio. Esses autores concordam que as comunidades colaborativas são de extrema importância para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Quando se estabelece uma cultura colaborativa de suporte à educação, a principal mudança acontece com os profissionais da escola, ou seja, mudança significativa nos papéis dos membros dos grupos.

O trabalho de consultoria envolve um ou mais profissionais especializados na área de atuação, no caso educação especial e inclusiva, que trabalham de forma colaborativa com os profissionais da escola, no caso professores especializados, na busca da resolução de problemas levantados pelos consultados.

Nesta perspectiva a Secretaria Municipal de Educação de um município do interior do estado de São Paulo, que desde 2005 desenvolve um projeto na perspectiva da inclusão, adotou essa prática e trabalhou com uma consultoria que ofereceu subsídios técnicos, pedagógicos e teóricos para as escolas iniciando assim o trabalho de transformação da escola em inclusiva. Nessa experiência foi contratado os serviços de uma consultora através de licitação pública que prestou serviços semanais que envolveram atuação com a equipe da Divisão de Ensino Especial da Secretaria, elaboração de documentos, formação em serviço para os professores especializados que atuam nas escolas em salas de recursos ou em serviço itinerante, palestras com professores e diretores da rede municipal de ensino, visitas nas escolas que participam do projeto, acompanhamento do trabalho realizado por instituições conveniadas à Secretaria da Educação, que prestam serviços nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia etc, entre outros.

O trabalho de formação em serviço para os professores especializados das salas de recursos ou serviço itinerante se deu através de reuniões mensais onde aconteciam discussões teóricas através de estudos de textos, e análise da política de inclusão, discussão da prática pedagógica e estudos de casos. Além das reuniões a consultora fazia visitas nas escolas para um acompanhamento *in loco* onde a prática pedagógica individual era estudada.

Em um ano de trabalho foram realizadas 15 reuniões gerais com todos os professores especializados da rede participantes do projeto para formação em serviço e

acompanhamento do trabalho, 10 reuniões com grupos de professores especializados que desenvolviam subprojetos como orientação dos professores comuns para elaboração de Estudos de caso e de Adaptações Curriculares e o projeto de trabalho com crianças autistas, 29 visitas em escolas para orientação e acompanhamento direto.

No final do trabalho foi solicitado aos professores que respondessem um questionário de avaliação do trabalho realizado pela consultoria. Todos os respondentes afirmaram que o trabalho realizado pela consultoria auxiliou diretamente o seu trabalho como professor especializado de diversas formas como: apoio ao trabalho diferenciado da educação especial, respaldo legal, esclarecimento de dúvidas, ampliação de conhecimento, auxílio no preenchimento de documentos, apoio imediato, atuação com os alunos, aproximação com as Unidades Escolares, motivação, orientações técnicas, espaço para troca de experiências, simplificação de documentos, melhor estruturação do serviço, possibilidade de comunicação mais efetiva, etc.

Podemos analisar a partir das respostas que a consultoria foi considerada pelos professores como uma possibilidade bastante importante de aperfeiçoamento do trabalho e conseqüentemente de formação efetiva em serviço.

A transformação da nossa escola em uma escola inclusiva ou a criação de uma nova escola que seja inclusiva, que aceite a diversidade e a entenda como fator positivo, passa obrigatoriamente pela criação de modelos diferentes de ação no ambiente escolar. Esses modelos de ação precisam ser construídos mediante a colaboração entre equipe escolar e redes de apoio, no caso, consultoria técnica, com fundamentação teórica e experiência prática.

A modificação de uma escola tradicionalmente excludente, para uma escola verdadeiramente inclusiva que aceita, respeita e incentiva as diferenças, entendendo-as como importantes no desenvolvimento da cidadania de todos os seus alunos, só será possível mediante envolvimento e participação de todos os segmentos sociais envolvidos na educação. As mudanças necessárias não são simples nem fáceis, é preciso que haja interesse pessoal e coletivo em mudar o rumo e seguir para o desconhecido.

A escola inclusiva que se pretende criar não tem metas e padrões previamente estabelecidos como acontece na escola tradicional. Ela tem clareza do que precisa ser eliminado, como qualquer tipo de discriminação que impeça um aluno de ter sucesso, no entanto, suas metas e objetivos específicos precisam ser construídos paulatinamente dentro de cada unidade escolar, considerando suas características e especificidades únicas.

Estamos no momento de criar projetos novos de trabalho escolar, implementá-los e avaliá-los, para aos poucos irmos descobrindo os caminhos a serem seguidos e os caminhos a serem abandonados.

Conforme apontado pela literatura utilizada, a colaboração entre vários parceiros é fundamental para consolidação de projetos inclusivos. A consultoria especializada como agente colaborador deste processo oferecendo subsídios teóricos e práticos para equipe escolar, tem se mostrado como uma das formas de colaboração efetiva para alavancar as mudanças necessárias na escola na busca de sua ressignificação.

O século XXI trouxe consigo uma discussão sobre a necessidade de se construir uma sociedade, em que todos os seus cidadãos tenham direito a exercer sua cidadania plenamente com todos os direitos e deveres que tal plenitude abarca.

Observamos, no entanto, que o cumprimento de tais metas está muito além da nossa realidade. Uma sociedade igualitária tem que garantir equidade, pois a igualdade tem que aparecer nas oportunidades de acesso, mesmo que para isto tenhamos que diferenciar os caminhos.

Discutir a construção de uma sociedade inclusiva, que aceita e respeita as diferenças, abrange uma enormidade de aspectos, nem sempre visíveis, nem sempre sentidos, nem sempre desejados, pois temos arraigada uma cultura que valoriza a competitividade, a dominação, o mais forte.

Como um segmento desta sociedade está à escola que se obriga a reproduzir esta cultura, de forma a mantê-la. Apesar de um recente discurso de escola inclusiva, aberta a todos, sejam quais forem suas características, o que temos na verdade é uma escola despreparada para assumir essa transformação.

A educação brasileira está anunciando reformas, e a exemplo de muitos outros países, tem buscado no princípio da educação inclusiva a proposta de uma escola para todos, que respeite e esteja aberta às diferenças, entendida como forma de enriquecimento tanto do coletivo da escola como fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

A transformação necessária se apresenta como algo processual e que deve abranger diferentes segmentos ligados à escola. Não é algo simples, nem rápido, pois requer primeiramente mudança de concepção de sociedade, de pessoa, de escola, de direito etc. Mudanças nas políticas e práticas em direção à inclusão escolar dependem, entre outras coisas, de mudanças nas ações desenvolvidas na escola de forma a favorecer experiências positivas.

No final do período contratado para consultoria, a prática cotidiana nos mostrou que esse caminho da colaboração através de consultoria é fundamental para a consolidação de projetos inclusivos, haja vista as muitas ações realizadas.

Essa experiência tem demonstrado que com vontade política e um trabalho educacional coerente à transformação da escola não é só possível como real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Política de Nacional Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 06/maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CARNEIRO R. U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2006.

GARGIULO, R.M. **Education on contemporary society: an introduction to exceptionality**. Thomson Learning: United Station. 2003.

WALTHER-THOMAS, C., KORINEK, L. & MCLAUGHLIN, V. L. (1999). Collaboration to support student's success. **Focus on Exceptional Children**, 32, nº3, pp. 1-18.